

O Aluno Surdo na Educação Básica Superior

[Apresentação](#)

[Objetivos](#)

[Informações Iniciais](#)

[Alternativas de Aprendizagem do Professor](#)

-
1. [A Linguagem e a Surdez](#)
 2. [O Surdo e a História de sua Educação](#)
 3. [A Escolarização do Surdo](#)
 4. [A Capacitação Profissional do Surdo](#)
 5. [Anexos](#)

[Sugestões para sua Atuação](#)

[Bibliografia](#)

[Avaliação da Aprendizagem do Professor](#)

[Chave de Correção da Avaliação](#)

Volume II

Fascículo 6: [**O Aluno Surdo na Educação Básica e Superior**](#)

Apresentação

Prezado Professor!

Você está recebendo o módulo 6, referente à escolarização do aluno surdo na Educação Básica e Superior que se organiza da mesma forma como acontece com os demais educandos (em níveis de ensino), ocorrendo, preferencialmente, na rede regular de ensino. Refere-se também ao papel dos professores no atendimento ao educando surdo. Esse atendimento tem pontos comuns com aquele realizado com os demais alunos e pontos complementares.

Este módulo faz também, referência à capacitação profissional dos surdos, além de outros temas como a utilização da Informática e da Língua Brasileira de Sinais para a compreensão do conteúdo escolar.

Objetivos

Objetivo Geral:

Oferecer ao professor subsídios para que possa atuar, efetivamente, na educação do aluno surdo.

Objetivos Específicos:

Oferecer ao professor oportunidade para:

- adquirir, reformular e aprofundar conhecimentos sobre a educação de surdos;
- colaborar com a organização da escolarização para alunos surdos;
- desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com alunos surdos em qualquer fase de sua escolarização;
- viabilizar a aquisição/aprendizagem da Linguagem, tanto pela Língua Portuguesa (falada e/ou escrita) como pela Língua Brasileira de Sinais, para que o aluno surdo possa alcançar níveis mais elevados de ensino;
- proporcionar ao educando o acesso às informações curriculares, ao conhecimento, ao saber sistematizado, utilizando a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais.

Informações Iniciais

1. Leia os objetivos específicos do módulo;
2. Estude o texto do módulo;
3. Teste seus conhecimentos, respondendo a avaliação proposta;
4. Confira suas respostas com as da chave de correção, no final do módulo;
5. Se for aprovado, passe para o módulo seguinte;
6. Se não conseguir aprovação, reestude o texto;
7. Responda novamente a avaliação. Se não conseguir aprovação, consulte o professor aplicador do módulo e/ou leia outros textos da bibliografia.

Alternativas de Aprendizagem do Professor

- Estudar o texto relativo ao módulo;
 - Rever o vídeo para obter mais informações e tirar as dúvidas;
 - Recorrer ao professor aplicador do módulo, caso as dúvidas persistam;
 - Realizar a avaliação proposta e as atividades sugeridas.
-

A Linguagem e a Surdez

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas.

Apesar da evidente importância do raciocínio lógico-matemático e dos sistemas de símbolos, a linguagem, tanto na forma verbal, como em outras maneiras de comunicação, permanece como meio ideal para transmitir conceitos e sentimentos, além de fornecer elementos para lançar, explicar e expandir novas aquisições de conhecimento.

A linguagem, prova clara da inteligência do homem, tem sido objeto de pesquisa e discussões. Ela tem sido "um campo fértil" para estudos referentes à aptidão lingüística, tendo em vista a discussão sobre falhas decorrentes de danos cerebrais ou de distúrbios sensoriais, como a surdez.

Com os estudos do lingüista Chomsky (1994), obteve-se um melhor entendimento acerca da linguagem e do seu funcionamento. Suas considerações partem do fato de que é muito difícil explicar como a linguagem pode ser adquirida de forma tão rápida e tão precisa, apesar das impurezas nas amostras de fala que a criança ouve. Chomsky, junto com outros estudiosos, admite, ainda, que as crianças não seriam capazes de aprender a linguagem, caso não fizessem determinadas suposições iniciais sobre como o código deve ou não operar. E acrescenta que tais suposições estariam embutidas no próprio sistema nervoso humano.

A palavra tem uma importância excepcional no sentido de dar forma à atividade mental e é fator fundamental de formação da consciência. Ela é capaz de assegurar o processo de abstração e generalização, além de ser veículo de transmissão do saber. Os indivíduos "normais" parecem utilizar, em sua linguagem, os dois processos: o verbal e o não verbal. A surdez congênita e pré-verbal pode bloquear o desenvolvimento da linguagem verbal, mas não impede o desenvolvimento dos processos não-verbais.

A fase de zero a cinco anos de idade é decisiva para a formação psíquica do ser humano, uma vez que ocorre o ativamento das estruturas inatas genético-constitucionais da personalidade, e a falta do intercâmbio auditivo-verbal traz para o surdo prejuízos ao seu desenvolvimento.

A teoria sobre a base biológica da linguagem admite a existência de um substrato neuro-anatômico, no cérebro, para o sistema da linguagem, portanto todos os indivíduos nascem com predisposição para a aquisição da fala. Nesse caso, o que se deduz é a existência de uma estrutura lingüística latente responsável pelos traços gerais da gramática universal (universais lingüísticos). A exposição a um ambiente lingüístico é necessária para ativar a estrutura latente e para que a pessoa possa sintetizar e recriar os mecanismos lingüísticos. As crianças são capazes de deduzir as regras gerais e regularizar os mecanismos de uma conjugação verbal, por exemplo. Dessa forma, utilizam as formas "eu fazi", "eu di" enquadrando-os nas desinências dos verbos regulares - eu corri, eu comi.

As crianças "ditas normais" e também um grande número de crianças "com necessidades especiais" aprendem a língua de uma forma semelhante e num mesmo espaço de tempo. No entanto, não se podem esquecer as diferenças individuais. Essas são encontradas nos tipos de palavras que as crianças pronunciam primeiro. Algumas emitem nomes de coisas, enquanto outras, evitando substantivos, preferem exclamações. Outras, ainda, expressam automaticamente os elementos emitidos pelos mais velhos.

Há crianças, no entanto, que apresentam dificuldades na aquisição da linguagem. Às vezes, a dificuldade aparece, principalmente, no que se refere à percepção e à discriminação auditiva, o que traz transtornos à compreensão da linguagem. Outras vezes, a dificuldade é relativa à articulação e à emissão da voz, o que produz transtornos na emissão da linguagem. Tudo isso pode ou não ter relação com a surdez, visto que muitas crianças que apresentam dificuldades lingüísticas não têm audição prejudicada. Por exemplo: A capacidade de processar rapidamente mensagens lingüísticas - um pré-requisito para o entendimento da fala - parece depender do lóbulo temporal esquerdo do cérebro. Danos a essa zona neural ou seu desenvolvimento "anormal" geralmente são suficientes para produzir problemas de linguagem.

Segundo Luria (1986), os processos de desenvolvimento do pensamento e da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente, podendo os fatores externos afetar esses processos, positiva ou negativamente. Torna-se, pois, necessário desenvolver alternativas que possibilitem às crianças "com necessidades especiais" meios de comunicação que as habilitem a desenvolver o seu potencial lingüístico. Pessoas surdas podem adquirir linguagem comprovando assim seu potencial lingüístico.

Já está comprovado cientificamente que o ser humano possui dois sistemas para a produção e reconhecimento da linguagem: o sistema sensorial que faz uso da anatomia visual/auditiva e vocal (línguas orais) e o sistema motor que faz uso da anatomia visual e da anatomia da mão e do braço (língua de sinais). Essa é considerada a língua natural dos surdos, emitida através de gestos e com estrutura sintática própria. Na aquisição da linguagem, as pessoas surdas utilizam o segundo sistema porque apresentam o primeiro sistema seriamente prejudicado. Várias pesquisas já comprovaram que crianças surdas procuram criar e desenvolver alguma forma de linguagem, mesmo não sendo expostas a nenhuma língua de sinais. Essas crianças desenvolvem espontaneamente um sistema de gesticulação manual que tem semelhança com outros sistemas desenvolvidos por outros surdos que nunca tiveram contato entre si e com as línguas de sinais já conhecidas. Existem estudos que demonstram as características morfológicas.

A capacidade de comunicação lingüística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade.

Entre os grandes desafios para pesquisadores e professores de surdos situa-se o de explicar e superar as muitas dificuldades que esses alunos apresentam no aprendizado e uso de línguas orais como é o caso da Língua Portuguesa. Sabe-se que, quanto mais cedo tenha sido privado de audição e quanto mais profundo for o comprometimento, maiores serão aquelas dificuldades. No que se refere à Língua Portuguesa, segundo Fernandes (1990), a grande maioria das pessoas surdas, já escolarizada, continua demonstrando dificuldades tanto nos níveis fonológico e morfossintático, como nos níveis semântico e gramático.

É de fundamental importância que os efeitos da língua oral portuguesa sobre a cognição não sejam supervalorizados em relação ao desempenho do portador de surdez, dificultando sua

aprendizagem e diminuindo suas chances de integração plena. Faz-se necessário, por conseguinte, a utilização de alternativas de comunicação que possam propiciar um melhor intercâmbio, em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na substituição da audição por outros canais, destacando-se a visão, o tato e movimento, além do aproveitamento dos restos auditivos existentes.

Face ao exposto, pode-se concluir que o portador de surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando, somente, que tenha suas necessidades especiais supridas, visto que o natural do homem é a linguagem.

O Surdo e a História de sua Educação

No passado, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso eles não frequentavam escolas. As pessoas surdas, principalmente as que não falavam, eram excluídas da sociedade, sendo proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. Assim, privadas de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida.

Os principais registros que temos sobre a História da Educação dos Surdos são:

No final do século XV:

- não havia escolas especializadas para surdos;
- pessoas ouvintes tentaram ensinar aos surdos:
 - Giralamo Cardamo, um italiano que utilizava sinais e linguagem escrita;
 - Pedro Ponce de Leon, um monge beneditino espanhol que utilizava, além de sinais, treinamento da voz e leitura dos lábios.

Nos séculos seguintes:

- alguns professores dedicaram-se à educação dos surdos. Entre eles, destacaram-se:
 - Ivan Pablo Bonet (Espanha)
 - Abbé Charles Michel de l'Épée (França)
 - Samuel Heinicke e Moritz Hill (Alemanha)
 - Alexandre Gran Bell (Canadá e EUA)
 - Ovide Decroly (Bélgica);
- esses professores divergiam quanto ao método mais indicado para ser adotado no ensino dos surdos. Uns acreditavam que o ensino deveria priorizar a língua falada (Método Oral Puro) e outros que utilizavam a língua de sinais - já conhecida pelos alunos - e o ensino da fala (Método Combinado);
- em 1880, no Congresso Mundial de Professores de Surdos (Milão - Itália), chegou-se à conclusão de que todos os surdos deveriam ser ensinados pelo Método Oral Puro. Um pouco antes (1857), o professor francês Ernest Huet (surdo e partidário de l'Épée, que usava o Método Combinado) veio para o Brasil, a convite de D. Pedro II, para fundar a primeira escola para meninos surdos de nosso país: Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), mantido pelo governo federal, e que atende, em seu Colégio de Aplicação, crianças, jovens e adultos surdos, de ambos os sexos. A partir de então, os surdos brasileiros passaram a contar com uma escola especializada para sua educação e tiveram a oportunidade de criar a Língua Brasileira de

Sinais (LIBRAS), mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas de comunicação já usados pelos surdos das mais diversas localidades;

- A.J. de Moura e Silva, um professor do INES, viajou para o Instituto Francês de Surdos (1896), a pedido do governo brasileiro, para avaliar a decisão do Congresso de Milão e concluiu que o Método Oral Puro não se prestava para todos os surdos.

No Século XX:

- aumentou o número de escolas para surdos em todo o mundo;
 - no Brasil, surgiram o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas (SP), a Escola Concórdia (Porto Alegre - RS), a Escola de Surdos de Vitória, o Centro de Audição e Linguagem "Ludovico Pavoni" - CEAL/LP - em Brasília-DF e várias outras que, assim com o INES e a maioria das escolas de surdos do mundo, passaram a adotar o Método Oral;
 - a garantia do direito de todos à educação, a propagação das idéias de normalização e de integração das pessoas com necessidades especiais e o aprimoramento das próteses otofônicas fizeram com que as crianças surdas de diversos países passassem a ser encaminhadas para as escolas regulares. No Brasil, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação passaram a coordenar o ensino das crianças com necessidades especiais (inicialmente denominadas portadoras de deficiências) e surgiram as Salas de Recursos e Classes Especiais para surdos, além de algumas Escolas Especiais, com recursos públicos ou privados;
 - com a organização das minorias no âmbito mundial, por terem garantido seus direitos de cidadãos, as pessoas portadoras de necessidades especiais passaram a apresentar suas reivindicações que, no caso dos surdos, são: o respeito à língua de sinais, a um ensino de qualidade, acesso aos meios de comunicação (legendas e uso do TDD) e serviços de intérpretes, entre outras;
 - com os estudos sobre surdez, linguagem e educação, já no final de nosso século, os surdos assumiram a direção da única Universidade para Surdos do Mundo (Gallaudet University Library - Washington - EUA) e passaram a divulgar a Filosofia da Comunicação Total. Mais recentemente, os avanços nas pesquisas sobre as línguas de sinais, preconiza o acesso da criança, o mais precocemente possível, a duas línguas: à língua de sinais e à língua oral de seu País - Filosofia de Educação Bilingüe.
-

A Escolarização do aluno Surdo

1. [O Processo de Aprendizagem](#)
2. [Relação Professor/Aluno Surdo/Família](#)
3. [Objetivos e Características do Ensino para Alunos Surdos](#)
4. [Serição e Currículos da Educação Básica para Alunos Surdos](#)
5. [Orientação/Coordenação Pedagógica e Interdisciplinaridade](#)
6. [A Integração Escolar do Aluno Surdo](#)
 - 6.1. [A Escola Especial para Surdos e o Processo de Integração](#)
 - 6.2. [A Escola Regular](#)

- 6.2.1. [Os Profissionais da Escola Regular](#)
- 6.2.2. [Os Professores Regentes das Classes Comuns](#)
- 6.2.3. [A Sala de Recursos](#)
- 6.2.4. [A Classe Especial](#)
- 6.2.5. [O Papel do Intérprete de LIBRAS](#)

7. [A Avaliação da Aprendizagem](#)

8. [A Telemática e a Educação de Alunos Surdos](#)

9. [A Questão da Educação Superior](#)

- 9.1. [A Adaptação do Vestibular às Necessidades dos Surdos](#)
- 9.2. [Os Surdos na Universidade](#)

1. O Processo de Aprendizagem

A aprendizagem é um fenômeno extremamente complexo, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais. A aprendizagem é resultante do desenvolvimento de aptidões e de conhecimentos, bem como da transferência destes para novas situações.

O processo de aprendizagem é desencadeado a partir da motivação. Esse processo se dá no interior do sujeito, estando, entretanto, intimamente ligado às relações de troca que o mesmo estabelece com o meio, principalmente, seus professores e colegas. Nas situações escolares, o interesse é indispensável para que o aluno tenha motivos de ação no sentido de apropriar-se do conhecimento.

Essas observações se aplicam a qualquer educando, mas revestem-se de particular importância quando trata-se de alunos com necessidades educativas especiais, como é o caso de pessoas surdas. Cabe aos educadores proporcionar situações de interação tais, que despertem no educando motivação para interação com o objeto do conhecimento, com seus colegas e com os próprios professores. Porque, embora a aprendizagem ocorra na intimidade do sujeito, o processo de construção do conhecimento dá-se na diversidade e na qualidade das suas interações. A ação educativa da escola com esse alunado deve incluir: conteúdos curriculares específicos, como suporte e complementação ao trabalho a ser desenvolvido em sala de aula com os currículos regulares de modo a atingir os objetivos traçados. Torna-se também indispensável oferecer aos alunos surdos condições para interagir com o "mundo ouvinte", despertando neles interesses, necessidades e desejo de se apropriarem do saber e do saber fazer.

2. Relação Professor/Aluno Surdo/Família

A participação da família no processo de aprendizagem de qualquer aluno se reveste da maior importância, como é sabido de todos. No caso de alunos surdos, essa parceria é particularmente significativa no transcorrer de todo o processo educativo.

Não se trata de transferir para a família a responsabilidade de ensinar. O importante é envolvê-la no processo de aprendizagem do aluno ou, pelo menos, evitar que interfira negativamente.

Quanto menor for a criança, maior será a necessidade da articulação professor/família, para que os pais possam ser orientados e ter dirimidas dúvidas e ansiedades podendo, assim, colaborar no desenvolvimento global e harmonioso do educando.

3. Objetivos e Características Gerais do Ensino para Alunos Surdos

Em consonância com a Política Educacional Brasileira, a Educação Especial possui os mesmos objetivos da Educação Geral, já preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.493/96.

Vale ressaltar que, atualmente, todo o fazer educacional com o aluno surdo ou parcialmente surdo, deve ter como objetivo específico o desenvolvimento de sua linguagem, se possível num enfoque bilingüe.

Como se trata de uma tendência recente na educação, muito ainda está por ser feito, sobretudo até que todos os profissionais da área, principalmente os professores, aprendam a Língua de Sinais e as pessoas surdas adultas sejam envolvidas no processo da educação de surdos, para que os objetivos sejam alcançados.

Naturalmente, nas escolas que atendem alunos surdos, as estratégias utilizadas no desenvolvimento curricular devem procurar atender para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em Língua Portuguesa (falada e/ou escrita) e também em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A complexidade lingüística encontrada no cotidiano dessas escolas inclusivas/integradoras produz então, a necessidade de demanda de planejamento, no decorrer da escolaridade, que contemple não só a diversidade lingüística como as especificidades das ações pedagógicas.

Enquanto o professor não dominar a LIBRAS (cujo projeto de legalização encontra-se no Congresso Nacional) e não contar com a colaboração de adultos surdos (monitores de ensino, instrutores de LIBRAS), a escola deve-se organizar de modo que alunos e professores desenvolvam um tipo de dinâmica em sala de aula, no qual o conhecimento a ser trabalhado seja, de fato, compartilhado. Comunicação é troca, é interação e é processo. O ato de comunicar-se pode tornar-se um jogo interessante, se respeitadas as diferenças. Os alunos surdos possuem linguagem interna riquíssima. Estão mergulhados num mundo de sonhos e fantasias, que não são diferentes das dos ouvintes, e possuem graus variados de informações que o saber formal tem potencial para expandir. O reconhecimento desse aporte é fundamental para a realização de sua escolaridade.

Fora da escola, em suas casas, as crianças surdas buscam ocupar-se como as crianças ouvintes. Por exemplo, muitos são telespectadores. A televisão está presente em suas vidas e, através dela, o mundo se aproxima nos telejornais, filmes, novelas, esportes, etc. Estão expostos, portanto, a todo tipo de informações, mas têm dificuldades em absorvê-las plenamente, pois as

informações acústicas, que são veiculadas junto com as imagens, não lhes são acessíveis. Assim, necessitam interagir, cotejar, experimentar, com as informações recebidas junto aos ouvintes, para entendê-las e expandi-las. Esse saber informal deve estar presente em sala de aula, através da solicitação do professor. As aulas devem sempre partir de algo que é comum a todos (professores e alunos) e as informações televisivas fazem parte desse conjunto.

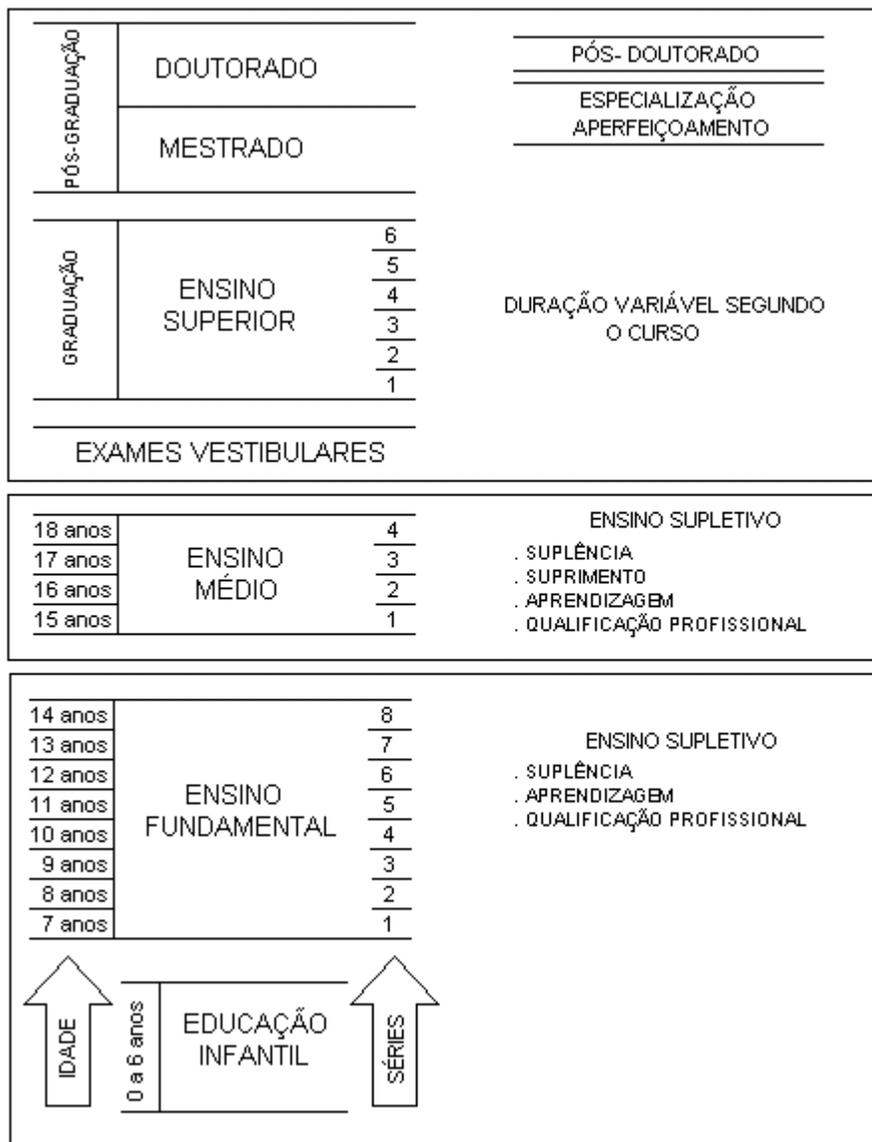
O professor, ao lançar um conhecimento novo, ao começar uma aula deverá conversar com seus alunos, contextualizar o conteúdo a ser ensinado, dar muitos exemplos, questionar, instigar, enfim, seduzir. Só então, professor e aluno, juntos, vão construir o texto da matéria trabalhada, observando os caminhos que essa interação traçou. A realização do conhecimento em Língua Portuguesa escrita deverá ser, necessariamente, posterior ao entendimento, independentemente da forma de comunicação adotada: Língua Portuguesa falada, Língua Brasileira de Sinais, dramatizações, mímicas, pantomimas, etc. Além disso, a utilização de recursos visuais variados (objetos, gravuras, desenhos, fotos, vídeos, etc) é de vital importância em todas as fases do processo ensino-aprendizagem.

4. Seriação e Currículo da Educação Básica para Alunos Surdos

A escolarização de alunos surdos deve seguir as séries e níveis da educação básica e superior. O especial de sua educação não implica em alterar essa seqüência, mas em destacar, como essencial, a Educação Infantil. O que se constata é que o ritmo da aprendizagem, devido aos bloqueios na comunicação, costuma ser mais lento, particularmente no período da alfabetização e nas séries iniciais. Não se trata de uma limitação intelectual impeditiva do processo de aprendizagem, e sim de uma característica decorrente das implicações impostas pela surdez e pela tardia ou não participação nos Programas de Estimulação Precoce e de Educação Pré-Escolar que dificultam o aprendizado da Língua Portuguesa (na modalidade oral) e no que se refere à aquisição da Língua Brasileira de Sinais.

Quanto aos currículos, preconiza-se que sejam os mesmos adotados na educação comum ou regular, com as necessárias estratégias e adaptações, respeitado o ritmo de aprendizagem dos alunos surdos e os interesses correspondentes a sua faixa etária. Além dos currículos comuns, a escola deve oferecer currículos específicos, com estratégias especiais para o aprendizado da Língua Portuguesa, tanto no que se refere à recepção (habilitação auditiva, compreensão orofacial e leitura) quanto à expressão (desmutização, uso da língua falada e escrita).

Quadro 1 **Organização e Estrutura do Sistema Educacional**



EDUCAÇÃO ESPECIAL

- complementação e/ou adequação curricular específica
- educação para o trabalho

Cabe ressaltar que, na educação da criança surda, a presença de diversos profissionais se faz necessária. Entre esses destaca-se, além dos professores, o fonoaudiólogo para o atendimento individual. E algumas atividades devem ser ressaltadas, como a *educação artística* (artes plásticas, cênicas e musicais) e a *educação física*, pois facultam ao alunado surdo outras formas de expressão, além das linguagens faladas, escritas e sinalizadas, que irão enriquecer suas vivências, propiciando-lhe novas formas de relacionamento com o mundo que o cerca.

O ideal seria que os objetivos, o fluxo da escolaridade (educação básica e superior) e os conteúdos programáticos não se revestissem de especificidades, mesmo sendo o educando uma pessoa surda. O que deve fazer a diferença é a questão da comunicação, objeto de considerações e pesquisas na metodologia didática sobretudo para o ensino da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita). Assim, faz-se necessário que o estudo da Língua Portuguesa, constitua um *curso obrigatório* para alunos surdos, desde a Educação Infantil, oferecido como complementação curricular específica.

Enfim, considerando-se a importância das atividades curriculares específicas no trabalho com surdos, conclui-se que esses alunos devem estudar em horário integral, para que essas atividades ocorram em turno inverso ao dos estudos acadêmicos pertinentes ao currículo regular. As complementações curriculares específicas, juntamente com o apoio pedagógico, são serviços que devem ser prestados pelas Escolas Especiais, e Escolas Regulares (Classes Especiais e Salas de Recursos). Concluindo: o trabalho escolar a ser desenvolvido com os surdos tem por meta principal o desenvolvimento da Linguagem, conforme o quadro que se segue:

LINGUAGEM

1. Para a aquisição da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

1.1. Convívio com pessoas surdas de várias idades em escolas especiais, associações e clubes de surdos, etc;

1.2. conversação com outras pessoas surdas ou com professor que domine a LIBRAS em diálogos informais e formais;

1.3. Observação de narrativas em LIBRAS;

1.4. Estudo comparativo entre LIBRAS e Língua Portuguesa;

2- Para o aprendizado da Língua Portuguesa:

2.1- em sua modalidade oral (em estreita interação com a fonoaudiologia):

- habilitação e treinamento auditivo;
- ritmo musical, vocabular e frasal;
- desmutização;
- exercícios fono-articulatórios/fala;
- uso natural da língua falada de modo funcional;
- exercícios de leitura orofacial;
- exercícios de uso da língua falada, coloquial e padrão;
- uso independente da língua falada de modo espontâneo.

2.2- Em sua modalidade escrita:

- registro escrito da língua falada;
- alfabetização;
- leitura e escrita de palavras, expressões e frases da língua coloquial e padrão;
- produção de textos criativos e práticos em discurso informal e

- formal;
- leitura e interpretação de textos diversos (coloquial, acadêmico e literário);
- exercícios de Língua Portuguesa padrão;
- estudos da gramática da Língua Portuguesa em comparação com a LIBRAS;
- uso independente da Língua Portuguesa escrita de modo espontâneo.

5. Orientação/Coordenação Pedagógica e Interdisciplinaridade

Inúmeras são as funções da orientação/coordenação pedagógica no processo de aprendizagem escolar do aluno surdo. Entre as mais importantes estão a *organização escolar* para atendimento ao surdo e as *adaptações curriculares*, tendo o cuidado de não simplificar a proposta curricular, subestimando, assim, a capacidade de aprendizagem do aluno, assim como não infantilizar o ensino para faixas etárias mais elevadas, utilizando recursos instrucionais cabíveis a crianças pequenas, quando da defasagem série/idade cronológica daqueles alunos.

Cabe à orientação pedagógica assessorar teórica e tecnicamente os professores e, também buscar com esses a interdisciplinaridade, de modo que haja articulação didática entre todos, evitando-se a compartimentalização das matérias do currículo, como saberes isolados, independentes e dissociados. Para o surdo, especialmente, essa globalização é muito importante.

É importante ressaltar que para alunos surdos, mais ainda do que para os ouvintes, a vivência constitui-se de estratégias muito importantes, uma vez que lhes possibilita a ampliação do seu referencial de mundo e sua verdadeira aprendizagem, através da observação e do contato direto com a realidade que os cercam. Assim sendo, atividades como: passeios orientados, visitas a museus, teatros, lojas, parques, uso de laboratório deverão ser sempre planejados, competindo aos orientadores/coordenadores de ensino estarem atentos para que tais atividades tenham sempre caráter interdisciplinar.

Sugestões para a Orientação/Coordenação Pedagógica:

- organize o atendimento para os alunos surdos de sua escola em dois turnos:
- um que viabilize o desenvolvimento da proposta curricular juntamente com os demais educandos;
- outro que viabilize o desenvolvimento de currículos específicos e o desenvolvimento de atividades complementares ao currículo regular, de acordo com as necessidades dos alunos;
- reúna-se com os demais professores de alunos surdos para discutirem a melhor forma de atendimento educacional.

6. Integração Escolar do Aluno Surdo

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, a [Integração](#) é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A normalização é o princípio que representa a base filosófica-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem. Normalização significa, portanto, oferecer aos educandos com necessidades especiais modos e condições de vida diária os mais semelhantes possíveis às formas e condições de vida da sociedade.

Em Congresso Internacional, realizado em Paris, em 1990, os representantes da Comissão de Educação Integrada discutiram diferentes aspectos dos conceitos de normalização. Diversas conclusões foram apresentadas, visando a facilitar a inclusão dos educandos no sistema de ensino:

- preparação de recursos humanos;
- adaptação de currículos;
- complementações curriculares;
- novas tecnologias de ação;
- pesquisas;
- divulgação de experiências;
- preparo da comunidade em diferentes níveis: lar, escola, trabalho, recreação etc.

A legislação do Brasil (Constituição Federal/88, LDB 9394/96 entre outras) prevê a integração do educando com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Essa integração, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário estabelecer, para cada caso, o momento oportuno para que o educando comece a freqüentar a classe comum, com possibilidade de êxito e progresso.

A integração do aluno surdo em classe comum não acontece como num passe de mágica. É uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno surdo, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes, demais elementos da escola, etc.

No processo de integração de educandos com necessidades especiais é comum estabelecer comparação entre a educação dos alunos com dificuldades sensoriais. No entanto esses distinguem-se tanto no código como na produção lingüística, como é o caso dos cegos e dos surdos.

Os cegos manejam a Língua Portuguesa, como qualquer outro falante e utilizam o Braille, código universal, para transcrever seus pensamentos e usam a fala em uma língua que conhecem desde o nascimento. O uso do *Braille constitui*, então, uma *tradução*: "a " corresponde a um ponto; "b" corresponde a dois pontos na vertical; "l" corresponde a três pontos na vertical; etc. A correspondência é perfeita, sem ambigüidades.

Já para os surdos, a Língua Portuguesa é um instrumento lingüístico que não se apresenta como recurso que vem facilitar o intercâmbio com o mundo, mas um obstáculo que precisam transpor com grande dificuldade. Por outro lado, a [LIBRAS](#) não é código universal que *possibilita* tradução, mas sim, a *interpretação*, quando se procura estabelecer uma correspondência entre as duas línguas.

Levando-se em conta que a aquisição da linguagem efetiva-se quando há condições internas do indivíduo (crescimento, audição, maturação neurológica) somadas às condições externas adequadas, conclui-se que a linguagem de um surdo configura diferenças entre ele e outro surdo, e entre ele e um ouvinte, vidente ou cego.

A estimulação precoce da criança, que nasce ou se torna surda no período de zero a três anos de idade, é fator essencial para a aquisição da linguagem, uma vez que é considerado um período crítico favorável, devido à plasticidade neural, característica desse momento. A grande maioria dos surdos, porém, não é beneficiada por esse atendimento que se encontra implantado apenas nas grandes cidades brasileiras.

Por ocasião da aprendizagem sistematizada do saber, quando do ingresso da criança no sistema de ensino, o surdo é obrigado a utilizar-se da Língua Portuguesa, um sistema lingüístico que geralmente não domina ou domina precariamente, embora um desempenho razoável na compreensão e expressão desse idioma possibilite o acesso a níveis mais elevados de escolaridade. Isto leva a deduzir que a oferta de oportunidade educacional sempre favorece a melhoria do desempenho do instrumental lingüístico dos surdos e é imprescindível para a evolução acadêmica dessas pessoas.

6.1. A Escola Especial para Surdos e o Processo de Integração

A Escola Especial deve atender a criança surda, desde os primeiros meses de vida, promovendo estimulação precoce e dar início ao processo de integração escolar do aluno, se possível, a partir da pré-escola, ou pós-alfabetização.

Ao dar início ao processo de integração escolar do aluno, a escola especial deve oferecer apoio ao educando em turno inverso ao da escola regular e ainda subsidiar o trabalho do professor da classe comum.

Caso a criança, ainda, não apresente condições de ingressar na escola comum, caberá à escola especial viabilizar o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo a mesma proposta curricular do ensino regular, mais as atividades de complementação curricular específica para os alunos surdos.

A escola especial deve funcionar em horário integral, dar atenção prioritária ao ensino da Língua Portuguesa (falada/escrita) para os alunos surdos, a fim de encaminhá-los para a classe comum, tão logo tenham domínio dessa língua, se possível, receptiva e expressiva, de modo que consigam integrar-se verdadeiramente no sistema regular de ensino.

Considerando-se que a grande maioria das pessoas surdas apresenta dificuldades em todos os níveis da Língua Portuguesa (fonológico ou sonoro, semântico ou interpretativo, sintático ou estrutural e pragmático ou funcional) é enorme a responsabilidade da escola especial em fazê-las superar tais dificuldades para dar-lhes instrumental lingüístico que as tornem capazes de conversar, ler, escrever ou seja, utilizar a língua de forma funcional e produtiva. Assim sendo, compete à escola especial oferecer *cursos de Português instrumental, funcional*, além dos conteúdos da disciplina, oferecida regularmente. Além dessa função, cabe à escola especial estudar e possibilitar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por todos os elementos da comunidade escolar, como instrumento de ensino, apresentando as semelhanças e diferenças entre essas duas línguas.

A escola especial deve dedicar-se, também, a promover cursos de capacitação de professores, a propiciar estudos e pesquisas na área da surdez, linguagem e educação, desenvolvendo teorias e técnicas para subsidiar o trabalho de outros profissionais, sensibilizar os familiares e a população em geral para o respeito às potencialidades dos surdos, objetivando a integração plena dos seus alunos.

6.2. A Escola Regular

O aluno surdo deve freqüentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos que qualquer outro. Ele precisa de um modelo orientador da Língua Portuguesa, de ficar exposto ao modelo lingüístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. A aprendizagem de uma língua efetiva-se realmente quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa língua.

Nesse sistema, ele fará uso da leitura orofacial, exercitará a expressão oral e a escrita, em classes especiais ou em classes comuns, com apoio de salas de recursos.

Para a integração do aluno surdo em classe comum recomendamos que:

- a Escola estruture-se quanto aos recursos humanos, físicos e materiais;
- o processo ocorra após o período de alfabetização, quando o educando já possui razoável domínio da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita). No entanto, de acordo com as condições que ele apresentar, nada impede que a integração ocorra na pré escola ou em qualquer outra série;
- a Escola, que vai receber este aluno, tenha conhecimento da sua forma de comunicação;
- a Escola só o recebe para inclusão em classe comum, quando houver garantia de complementação curricular sem Sala de Recursos, professores itinerantes ou intérprete de LIBRAS;
- a Escola organize a classe comum de forma que não tenha mais de 25 alunos, incluindo o integrado;
- sua idade cronológica seja compatível com a média do grupo da classe comum que irá freqüentar;
- a Escola comum mantenha um trabalho sistemático visando a participação da família no processo educacional.

6.2.1. Os Profissionais da Escola Regular

Os professores e demais profissionais que atuam junto ao aluno surdo na escola regular devem ser informados de que, embora ele possa não ter uma linguagem claramente expressa, poderá ter mais chances de integrar-se, se os profissionais, principalmente o professor da classe comum, estiverem atentos para os seguintes itens:

- aceitar o aluno surdo sem rejeição;
- ajudar o surdo a pensar, raciocinar, não lhe dando soluções prontas;
- não manifestar conduta de superproteção;
- tratar o aluno normalmente, como qualquer aluno, sem discriminação ou distinção;
- não ficar de costas para o aluno, ou de lado, quando estiver falando;
- preparar os colegas para recebê-lo naturalmente, estimulando-os para que sempre

falem com ele;

- ao falar, dirigir-se diretamente ao aluno surdo, usando frases curtas, porém com estruturas completas e com o apoio da escrita;
- falar com o aluno mais pausadamente, porém sem excesso e sem escandir as sílabas. O falar deve ser claro, num tom de voz normal, com boa pronúncia;
- verificar se o aparelho de amplificação sonora individual está ligado. Ele não faz o surdo ouvir, mas reforça as pistas e dá referências;
- verificar se ele está atento. O surdo precisa "ler" nos lábios para entender, ao contexto das situações, todas as informações veiculadas;
- chamar sua atenção, através de um gesto convencional ou de um sinal;
- colocar o aluno nas primeiras carteiras da fila central ou colocar a turma, ou o grupo em círculo ou semi-círculo, para que ele possa ver todos os colegas, e para que seus colegas laterais possam servir-lhe de apoio;
- utilizar todos os recursos que facilitem sua compreensão (dramatizações, mímicas, materiais visuais);
- utilizar a língua escrita, e se possível, a Língua Brasileira de Sinais;
- estimular o aluno a se expressar oralmente, por escrito e por sinais cumprimentando-o pelos sucessos alcançados; colocá-lo a par de tudo o que está acontecendo na comunidade escolar;
- interrogar e pedir sua ajuda para que possa sentir-se um membro ativo e participante;
- incluir a família em todo o processo educativo;
- avaliar o aluno surdo pela mensagem-comunicação que passa e não somente pela linguagem que expressa ou pela perfeição estrutural de suas frases;
- solicitar ajuda da escola especial, sempre que for necessário;
- procurar obter informações atualizadas sobre educação de surdos;
- utilizar, se for necessário, os serviços de intérpretes;
- e, principalmente, acreditar de fato nas potencialidade do aluno, observando seu crescimento.

6.2.2. Os Professores Regentes das Classes Comuns

Cabe, diretamente, aos professores da escola regular, em particular aos professores de Língua Portuguesa das classes comuns com alunos surdos integrados:

- utilizar vocabulário e comandos simples e claros nos exercícios;
- não modificar o vocabulário, os comandos, as instruções, as questões, somente na hora das avaliações;
- dar-lhes oportunidades para ler, escrever no quadro, levar recado para outros professores, como os demais colegas;
- ficar atento para que participem das atividades extra-classe;
- lembrar-se de que apesar de "ler" (ver o significante, a letra), os alunos surdos muitas vezes não sabem o significado daquilo que leram. Muitos possuem o chamado analfabetismo funcional;
- utilizar vocabulário alternativo quando eles não entenderem o que estão lendo. "Traduza", troque, simplifique a forma da mensagem;
- resumir, sempre, o assunto (o conteúdo dado) no quadro de giz, com os dados essenciais, em frases curtas;
- prestar atenção ao utilizar a linguagem figurada e as gírias porque precisará explicar-lhes o significado;

- lembrar-se que a Língua Portuguesa apresenta-se para ele como uma língua estrangeira;
- ter cuidado com a utilização de sinônimos (explique-os para os alunos);
- destacar o verbo das frases, ensinando-lhes o significado, para que os alunos surdos possam entender as instruções e executá-las;
- sentar-se ao lado deles, decodificando com eles a mensagem de uma frase, de um texto, utilizando materiais concretos e dicionário;
- ler a frase ou a redação dos alunos junto com eles, para que possam complementar com sinais, dramatizações, mímicas, sinais e desenhos etc, o pensamento mal expresso;
- enviar, com antecedência, para o professor de apoio da educação especial (escola especial/itinerante/sala de recursos):

- o conteúdo a ser desenvolvido a cada semana;
- o texto a ser interpretado;
- o tema da redação a ser elaborada.

- solicitar a presença do professor de apoio da educação especial em sua classe quando precisar de ajuda;
- procurar sempre obter informações atualizadas sobre a educação de surdos e o ensino de sua disciplina em particular.

6.2.3. A Sala de Recursos

A escola regular, que recebe alunos surdos para promover seu processo de integração, deverá dispor de uma sala de recursos para atendimento a esses alunos em suas necessidades especiais.

O professor da sala de recursos, juntamente com a direção da escola e a equipe técnico-pedagógica, deve preparar o professor da classe comum que vai receber os alunos surdos. Se o professor é novo na escola, ele deve ser orientado sobre aspectos relevantes da educação de surdos, bem como sobre a Língua Brasileira de Sinais, sendo aconselhado a fazer um curso dessa língua.

Após a matrícula dos alunos surdos na classe comum, é estabelecido o horário e os dias de atendimento na sala de recursos, de forma a conciliar a frequência na sala de aula com a sua participação nas atividades extraclasse.

Os alunos integrados nas escolas de ensino regular devem possuir uma agenda, onde o professor da classe comum anota as dificuldades encontradas, para que o professor da sala de recursos possa planejar atividades adequadas às necessidades dos educandos.

Deve haver reuniões gerais na escola para que os professores, que atendem os surdos, possam trocar experiências na tentativa de facilitar o processo de integração. Será muito produtivo se o professor da sala de recursos participar dessas reuniões.

Quando os alunos são integrados em classe comum de outra escola, no começo do ano letivo, o professor da sala de recursos deve realizar reuniões com o professor que vai recebê-los, com a presença da direção e da equipe técnico-pedagógica.

Os professores da sala de recursos devem realizar visitas sistemáticas às escolas integradoras, bem como devem participar das avaliações bimestrais.

O professor da sala de recursos retoma, constantemente, os conteúdos trabalhados em classe comum, utilizando a Língua Brasileira de Sinais para repassar informações complementares da disciplina, dando ênfase a Língua Portuguesa escrita.

Para atuar em salas de recursos que atendam alunos a partir da 5ª série do Ensino Fundamental, sugere-se que o professor tenha formação em Letras/Português, uma vez que lhe compete oferecer ao aluno surdo um *Curso de Português Instrumental*, à semelhança dos cursos de língua estrangeira.

As principais atribuições do professor da sala de recursos são:

- Oferecer apoio pedagógico a alunos integrados em classe comum;
- manter intercâmbio com a comunidade escolar para um trabalho de conscientização sobre as potencialidades do portador de surdez;
- atender diariamente, na sala de recursos, alunos surdos integrados, individualmente ou em pequenos grupos, de no máximo seis alunos;
- oferecer, na sala de recursos, complementação curricular específica, visando, principalmente, ao aprendizado da Língua Portuguesa (leitura, interpretação e redação de textos variados);
- organizar um cronograma de atendimento às necessidades e às condições de cada aluno surdo;
- reunir sistematicamente os pais dos alunos surdos para orientações e incentivos à participação em reuniões da escola e no processo de integração dos alunos;
- elaborar material pedagógico, visando a sanar as dificuldades encontradas pelos alunos integrados em classes comuns, nas diferentes áreas do conhecimento;
- atuar como professor de ensino dirigido de todas as disciplinas, visando ao aprendizado do vocabulário e mensagem ali expressos em Língua Portuguesa;
- registrar a frequência dos alunos da sala de recursos, bem como contactar os pais, quando houver faltas consecutivas;
- realizar visitas periódicas às classes comuns, registrando as informações relevantes que coletar;
- realizar periódica e sistematicamente avaliação das atividades desenvolvidas quanto à forma de agrupamento, metodologia, materiais utilizados, horário de atendimento, etc. e trocar impressões com o professor da classe comum quanto ao rendimento alcançado pelos alunos surdos integrados;
- avaliar o processo de integração escolar, juntamente com toda a equipe da escola regular e a família.

6.2.4. A Classe Especial

Os alunos surdos que não apresentarem condições de frequentar a classe comum, com um rendimento mínimo satisfatório, devem ser integrados em classe especial das escolas regulares,

principalmente aqueles que se encontram na Educação Infantil e aqueles que se encontram no processo de alfabetização.

As classes especiais constituem-se em turmas de alunos surdos com mais ou menos dez alunos, atendidos por um professor que, preferencialmente, deve possuir especialização na área de ensino para surdo e ter conhecimentos da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais.

As classes especiais, por estarem inseridas em escolas regulares, facilitam bastante o processo de integração já em andamento, e a futura inclusão do aluno surdo na classe comum. Essas classes especiais devem ser organizadas por faixa etária e nível de escolaridade.

Cabe ao professor da classe especial promover todo o atendimento pedagógico aos alunos surdos e realizar atividades nas quais atuem como agentes facilitadores do desenvolvimento da escolaridade do surdo e do seu processo de integração no mundo ouvinte.

Compete a esse professor:

- promover a sensibilização de toda comunidade escolar a respeito das potencialidades dos alunos surdos;
- orientar aos pais para que cooperem com o processo ensino-aprendizagem;
- dar início ao processo de integração escolar dos alunos surdos;
- viabilizar o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo a mesma proposta curricular da Educação Infantil e do processo de alfabetização do ensino regular;
- desenvolver atividades de complementação curricular específica para portadores de deficiência auditiva, visando, principalmente, ao aprendizado da Língua Portuguesa pelos alunos surdos;
- encaminhar os alunos para a classe comum tão logo tenham domínio de Língua Portuguesa (receptiva e expressiva) de modo que consigam integrar-se verdadeiramente no Sistema Regular de Ensino.

6.2.5. O Papel do Intérprete de LIBRAS

A profissão de intérprete de LIBRAS (existe uma movimentação da comunidade surda organizada em âmbito nacional, no sentido de que a LIBRAS seja reconhecida oficialmente como língua) ainda não está regulamentada e poucos são os municípios que a reconhecem. Por outro lado, não existindo formação específica, é reduzido o número de pessoas habilitadas para exercer essa função que passou a ser desempenhada por familiares, amigos ou profissionais com longo tempo de convívio com surdos.

Os intérpretes devem ter fluência na Língua Brasileira de Sinais, assim como ela é usada pelas pessoas surdas e ter também boa fluência em Língua Portuguesa. Geralmente, intérpretes com nível de escolaridade alto têm melhores condições de produtividade. A atuação dos intérpretes deve estar centrada no atendimento a todas as pessoas surdas que necessitam romper os bloqueios de comunicação com o objetivo de integrar surdos e ouvintes, facilitando a comunicação entre ambos. Frequentemente, os intérpretes são solicitados para intermediar a comunicação de

surdos e ouvintes em encontros, reuniões, cursos, palestras, debates, entrevistas, consultas, audiências, visitas, etc., além de participarem do processo de integração escolar do aluno surdo.

A presença do intérprete de LIBRAS x Português e vice-versa, em sala de aula, tem aspectos favoráveis e desfavoráveis que precisam ser observados.

Aspectos favoráveis:

- o aluno surdo aprende de modo mais fácil o conteúdo de cada disciplina;
- o aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido;
- o processo de ensino-aprendizagem fica menos exaustivo e mais produtivo para o professor e alunos;
- o professor fica com mais tempo para atender aos demais alunos;
- a LIBRAS passa a ser mais divulgada e utilizada de maneira mais adequada;
- o aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

Aspectos desfavoráveis

- o intérprete pode não conseguir passar o conteúdo da mesma forma que o professor;
- o aluno não presta atenção ao que o professor regente diz, porque está atento ao intérprete;
- há necessidade de pelo menos dois intérpretes por turma porque a atividade é exaustiva;
- os demais alunos ouvintes podem ficar desatentos, porque se distraem olhando para o intérprete;
- o professor regente pode sentir-se constrangido em estar sendo interpretado;
- o professor não interage diretamente com o aluno;

Assim sendo, é necessário que professor regente e o intérprete planejem suas funções e limites.

- Compete ao professor regente:

- liderar a classe;
- ordenar o processo de ensino-aprendizagem;
- resumir suas aulas no quadro;
- avaliar o aluno.

- Compete ao intérprete:

- interpretar somente;
- não explicar o conteúdo.

Sugere-se que ambos, professor e intérprete, sejam funcionários da mesma escola, para que tenham tempo para coordenar suas ações.

Conclusão:

A integração do aluno surdo é um desafio que deve ser enfrentado com coragem, determinação e segurança. A decisão de encaminhar um aluno para a classe de ensino regular deve ser fruto de um criterioso processo de avaliação. Finalmente, deve-se ter clareza que essa integração não passa exclusivamente pela sua colocação na turma com crianças ouvintes. A verdadeira integração implica em reciprocidade. A criança surda poderá iniciar seu processo de integração na família, na vizinhança, na comunidade, participando de atividades sócio-recreativas, culturais ou religiosas com crianças e adultos "ouvintes" e dar continuidade a esse processo na escola especial ou regular, de acordo com suas necessidades especiais. Garantir ao aluno surdo um processo de escolarização de qualidade é fator fundamental para sua integração plena.

7. A Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem. A avaliação requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos.

A principal *função* da avaliação é a *diagnóstica* por permitir detectar, diariamente, os **pontos de conflitos** geradores do fracasso escolar. Esses pontos detectados devem ser utilizados pelo professor como referenciais para as mudanças nas ações pedagógicas, objetivando um melhor desempenho do aluno.

A avaliação tem também, a *função classificatória*, visando à promoção escolar do aluno ou ao levantamento de indicadores quanto ao **status quo** do indivíduo, num determinado momento, quando este é submetido a testes, provas e exames de caráter específico ou multidisciplinar (pedagógico, médico, fonoaudiológico, psicossocial, etc).

Na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. O professor, que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção, ao longo de todo o ano, da participação e produtividade de cada aluno. É preciso deixar claro que a prova é somente uma formalidade do sistema escolar.

Como em geral, a avaliação formal é datada e obrigatória, deve-se ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação. Todo o conteúdo da prova deve estar adequado com o que foi trabalhado, durante as aulas de Português escrito, não dando margem a dúvidas. As questões devem, preferencialmente, estar relacionadas umas com as outras, delineando um contexto lógico em toda a prova.

Na avaliação da aprendizagem do aluno surdo, não se pode permitir que o desempenho lingüístico interfira de maneira castradora na performance acadêmica desses alunos que já possuem, por sua perda auditiva, uma defasagem lingüística no que se refere à Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

Muitas vezes, a imperfeição no desempenho do aluno surdo fica evidenciada em todos os níveis da Língua Portuguesa: fonológico, semântico, morfossintático e pragmático.

Considerando-se que, as instituições de ensino regular não têm como objetivo avaliar o desempenho lingüístico do aluno surdo no nível fonológico e que o nível pragmático é melhor

aferido pelas observações do dia a dia, fica sob a responsabilidade do professor a avaliação dos níveis de conteúdo (semântico) e da forma como este é apresentado (morfossintático).

No momento de atribuir conceitos ou estabelecer grau de valor para os materiais lingüísticos produzidos pelo aluno surdo, o professor deverá estar ciente que:

- a dificuldade de redigir em Português está relacionada à dificuldades de compreensão dos textos lidos (conteúdo semântico) e que essas dificuldades impedem a organização ao nível conceitual. O aluno poderá ler, mas confundir o significado das palavras. Muitas vezes, só compreende o significado das palavras de uso contínuo, o que interfere no resultado final do trabalho com qualquer texto, mesmo o mais simples.
- as dificuldades que a leitura acarreta ao surdo impedem a expansão do vocabulário, e com isso, provocam a falta de hábito de ler. O reflexo desse círculo vicioso reflete-se na pobreza de vocabulário e na falta de domínio das estruturas (forma) mais simples da Língua Portuguesa. No nível estrutural (morfossintático), observa-se que, mais constantemente, os alunos surdos não conhecem o processo de formação das palavras, utilizando substantivo no lugar de adjetivo e vice-versa, omitem verbos, usam inadequadamente as desinências nominais e verbais, desconhecem as irregularidades verbais, não utilizam preposições e conjunções, ou o fazem inadequadamente,. Além disso, tudo leva a crer que, por desconhecerem a estrutura da Língua Portuguesa, utilizem, freqüentemente, estruturas da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para expressarem por escrito suas idéias.

Ao avaliar a produção escrita dos alunos surdos em Língua Portuguesa, os professores deverão ser orientados para que:

- o aluno tenha acesso ao dicionário, e se possível, ao intérprete no momento do exame;
- a avaliação do conhecimento utilize critérios compatíveis com as características inerentes a esses educandos;
- a maior relevância seja dada ao conteúdo (nível semântico), ao aspecto cognitivo de sua linguagem, coerência e seqüência lógica das idéias;
- a forma da linguagem (nível morfossintático) seja avaliada com mais flexibilidade, dando maior valor ao uso de termos da oração, como termos essenciais, termos complementares e, por último, os termos acessórios, não sendo por demais exigente no que diz respeito ao elemento coesivo.

Assim, ao avaliar o conhecimento do aluno surdo, o professor não deve supervalorizar os erros da estrutura formal da Língua Portuguesa em detrimento do conteúdo. Não se trata de aceitar os erros, permitindo que o aluno neles permaneça, mas sim anotá-los para que sejam objeto de análise e estudo junto ao educando, a fim de que possa superá-los. Além disso, seria injusto duvidar que a aprendizagem efetivamente ocorreu, tendo-se por base unicamente o desempenho lingüístico do aluno surdo, ponto em que se situam suas principais necessidades especiais.

A avaliação da aprendizagem do aluno surdo é ponto merecedor de profunda reflexão. Todos os profissionais envolvidos nesse processo deverão estar conscientes de que o mais importante é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia, de forma que esses conhecimentos possibilitem uma existência de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

8. A Telemática e a Educação de Surdos

As tecnologias da Informação e Comunicação - e em especial a Telemática - têm merecido destaque no cenário do progresso mundial, como um dos mais promissores recursos para aproximar pessoas e desenvolver o potencial cognitivo dos seres humanos.

A telemática possibilita uma nova visão de mundo, um descortinar de horizontes e inegavelmente uma nova forma de comunicação, em que as pessoas "diferentes" podem apossar-se de conhecimentos até então inatingíveis e romper barreiras tanto do ponto de vista pessoal como social.

A difusão dos usos telemáticos, indubitavelmente, permite o acesso à informação atualizada. Além de possibilitar aos países menos desenvolvidos o acesso às pesquisas e aos conhecimentos produzidos pelos cientistas de qualquer parte do planeta, dota esse conhecimento de um prazo de validade cada vez mais diminuto. Em pouco tempo, às vezes meses, pesquisas e teorias tornam-se desatualizadas, acelerando o ritmo das transformações sociais que passam a necessitar de uma atualização constante.

O correio eletrônico - uma das aplicações da telemática - vem se difundindo rapidamente neste fim de século. Ele nasceu na passagem da década de setenta a oitenta e permite a troca de informações, por intermédio de mensagens entre pessoas dispersas, geograficamente, via rede de computadores, ligados por linha telefônica comum, pela fibra ótica, pelo rádio ou pelo satélite.

O correio eletrônico conjuga as vantagens do telefone com as do correio tradicional, superando com sucesso algumas das desvantagens desses meios de comunicação. Em primeiro lugar, o envio de mensagens por meio eletrônico é, sem dúvida, mais rápido do que pelo correio tradicional. Além disso, permite as consultas das mensagens por parte do emissor e do receptor sempre que for necessário, o que não acontece com o telefone. Ademais, é possível enviar uma mensagem a vários destinatários ou a um grupo identificado dentro do sistema de usuários, sem ter que reescrever ou duplicar a referida mensagem. Considere-se também, que o destinatário e receptor são avisados, ao consultar o sistema, sobre a existência de novas mensagens, podendo enviar resposta automática sem indicação do destinatário, pois o sistema faz o devido endereçamento. Finalmente, os sistemas permitem a emissão de mensagens não apenas sob o formato de textos, como por outras formas de codificação e compactação.

As escolas da Europa e dos Estados Unidos, a partir de 1980, passaram a utilizar a telemática, visando maior intercâmbio entre seus diretores, professores e alunos, (Anoro, 1990). Essa aplicação difundiu-se pelos países desenvolvidos, sendo utilizada principalmente nas universidades. No Brasil, sua implantação é bem recente (1986) nas diversas Universidades e órgãos de pesquisa. A difusão acelerada decorreu da eficácia das comunicações entre os usuários e da redução dos custos de processamento e comunicação a longa distância (Hoppen, Oliveira e Araújo, 1992).

A comunicação entre as escolas fica extremamente dinâmica e torna-se uma prática pedagógica importante, uma vez que oportuniza a multi e a interdisciplinaridade; estimula e fomenta o funcionamento de processos no tratamento da informação, além de construir um ambiente de amplitude indeterminado, pois, a cada novo contato ou mensagem, cria-se uma mudança ambiental, tanto em nível cognitivo como psicossocial.

De acordo com Moreira, Betrin e Berrocal (1992), as experiências realizadas através do correio eletrônico escolar (CEE) permitem o desenvolvimento das capacidades de criação e invenção, o descobrimento de atividades a serem compartilhadas e ainda oportunizam a manifestação de outros aspectos da personalidade.

No Brasil poucas experiências fazem parte dos resultados dos trabalhos da Informática com as pessoas com deficiência auditiva. Entretanto, registram-se alguns pontos positivos: mudança na dimensão cognitiva, afetiva e social, maior rapidez na resolução de problemas e organização de estratégias para chegar às soluções; aquisição e desenvolvimento de conceitos; ampliação do vocabulário; maior familiaridade com a comunicação escrita; enriquecimento da linguagem escrita; melhoria da concentração dos sujeitos e maior rapidez de pensamento; maior e melhor interação entre o grupo de sujeitos e facilitadores; maior autonomia, segurança, iniciativa e interesse nas atividades realizadas; maior nível de motivação e persistência (Valente, 1990; Santarosa et alii, 1990; Santarosa e Hony, 1992).

Portanto, a utilização da telemática e de todas as ajudas técnicas que servem de suporte à comunicação (um simples lápis, a máquina de escrever, os computadores, os sintetizadores de voz, etc) são importantes no processo de escolarização do surdo, pois a oportunidade de interagir através dessas tecnologias são de grande ajuda para as pessoas com necessidade especiais. Kochan (1990) diz que a produção de um texto significativo pode ocorrer a par de um lento e cumulativo domínio gráfico quando intermediado por recursos tecnológicos. Apoiada, a criança escreve aquilo que pensa, que reconhece como seu e que, conseqüentemente, valoriza.

9. A Questão da Educação Superior

É de conhecimento público o quanto o acesso à educação superior é seletivo. A conquista de espaço nesse âmbito é resultante de todo um trabalho de qualidade, na trajetória escolar dos alunos, em geral aliado à concorrência na disputa de reduzido número de vagas.

Sugere-se que, assim como na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), a valorização do aprendizado do surdo na Educação Superior ocorra de forma mais centrada nos conhecimentos adquiridos do que na forma como demonstra seu saber. No vestibular, e no próprio curso superior, ao se avaliar o candidato surdo, deve-se considerar os aspectos semânticos do conhecimento, preponderantemente sobre os aspectos formais da Língua Portuguesa, conforme recomenda o aviso-circular 277/96, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

O ideal seria que as Instituições de Ensino Superior - IES, principalmente as Faculdades de Letras e Lingüística se estruturassem de tal forma que viabilizassem o acesso dos portadores de deficiência à Educação Superior, bem como dessem condições a esse alunado de permanecerem em seus cursos, envolvendo-se no ensino, pesquisa e extensão acerca da Língua Portuguesa para surdos, Língua Brasileira de Sinais e na interpretação da Língua Portuguesa/[LIBRAS](#).

9.1. A Adaptação do Vestibular às Necessidades dos Surdos

Assim como os cegos, em várias universidades do mundo, recebem apoio de leitores para poder seguir apropriadamente seus cursos universitários, os surdos também têm direito a apoio para ter acesso ao currículo.

No Brasil, já se pensou neste tipo de problema e, diferentemente do que ocorre com os cegos, os obstáculos são maiores quando se trata de pessoas surdas.

Os educadores e técnicos em educação especial observam com freqüência que sempre os mais "alienados" no processo educacional são os surdos. Qual seria a causa? Seria o surdo menos capaz que os outros ditos "portadores de deficiência"?

Na realidade não. Os surdos são capazes de exercer qualquer função na sociedade que não requeira exclusivamente habilidades auditivas. Sua limitação resume-se apenas a um bloqueio na recepção de determinados "input" oral-auditivos, dentre eles o lingüístico.

Justamente por isso, o problema das pessoas surdas se distingue essencialmente daquele típico de outros educandos com necessidades especiais. Este problema lingüístico os coloca mais ou menos na condição de pessoas estrangeiras cuja língua materna não é aquela oficialmente utilizada no sistema educacional regular com um agravante que é o seguinte: um estrangeiro que não domine a Língua Portuguesa, no caso do Brasil, em um tempo relativamente curto pode vir a dominá-la e, então, passar a freqüentar a escola regular; um surdo pode vir a aprender, em um espaço maior de tempo, o Português escrito e falado, este último com maior dificuldade.

Nos Estados Unidos, há uma universidade para surdos, a Gallaudet University Library - Washington. Porém, como este não é o caso da maioria dos países e como a interação surdo-ouvinte em uma mesma sala de aula pode ser bastante satisfatória, é necessário que o surdo tenha acesso a um intérprete em LIBRAS - Português, assim como o cego tem acesso a um leitor.

Essa condição, porém, só surtirá o efeito desejado se o sistema educacional possibilitar que o surdo se prepare para a competição no vestibular e para o acompanhamento das atividades acadêmicas durante o curso de Graduação e, eventualmente, de Pós-Graduação.

Como, no presente, este não é o caso, a grande maioria dos surdos não ingressa nas universidades e o único meio de apresentar alguma possibilidade para que aqueles que têm aspiração a uma carreira que requeira o desenvolvimento de habilidades intelectuais e técnicas no sistema educacional superior, seria uma adaptação na aplicação de provas e no processo de avaliação do vestibular das universidades brasileiras.

Sabe-se de antemão que qualquer alteração que se faça nos exames de vestibular das universidades brasileiras tem que ser antecedida de reflexão profunda para evitar problemas inclusive de subavaliação e conseqüente queda do nível da educação superior. Mesmo que isto não ocorra, os surdos poderiam obter diplomas na Universidade, sem, contudo, chegar ao mesmo nível de desempenho que o ouvinte, o que acarretaria uma desigualdade na competição posterior no mercado de trabalho.

Entretanto, sugere-se aqui algumas sugestões que poderiam ser observadas pelas comissões que elaboram as provas de vestibular relativas à forma lingüística da redação das provas. Estas sugestões, se levadas em consideração, não acarretarão problemas para os candidatos que não têm necessidade de adaptação do vestibular, posto que apenas contribuiriam para uma maior clareza e simplicidade na exposição das questões das provas. Sugere-se, pois, que seja sempre escolhido um léxico simples, não ambíguo e o menos polissêmico possível, estruturas simples, na voz ativa, evitando-se as passivas, as subordinadas, relativas e clivadas que, certamente, dificultariam a compreensão das questões pelos surdos, não falantes da Língua Portuguesa.

As questões poderiam conter informações visuais-gráficas que contribuiriam para uma interpretação correta do conteúdo semântico da questão, permitindo que os surdos passassem o mais rapidamente possível da questão, sem perder tempo em decifrar o significado veiculado pelas formas lingüísticas. Estas informações gráficas teriam, entretanto, que ser redundantes ou suplementares e não complementares para não acarretarem falta de informações às pessoas surdas.

Mesmo assim, para assegurar uma compreensão plena de questões, a presença de intérpretes das línguas Portuguesa e LIBRAS se faz necessário, principalmente, para elucidar dúvidas na leitura das provas e durante a elaboração das mesmas. Não se pode esquecer que o surdo não lê e nem escreve fluentemente o Português, assim como qualquer um encontraria dificuldade na leitura de uma prova escrita em língua estrangeira sobre a qual não se tem pleno domínio.

A intermediação do intérprete na participação dos surdos brasileiros no vestibular pode ser provisória nesta fase de transição que vai de um sistema educacional especial tradicionalmente oralista a um sistema que presuma uma abordagem educacional bilingüe para os surdos. Uma vez implantada e solidificada a filosofia educacional que vise a tornar nossos surdos bilingües, isto é, competentes em LIBRAS e em Língua Portuguesa, esta última, principalmente, em sua modalidade escrita, a presença do intérprete nas provas de vestibular pode tornar-se desnecessária, podendo, então, os intérpretes se dedicar apenas a atividades de interpretação nas salas de aula e durante outras atividades do curso de Graduação ou de Pós Graduação.

Obviamente, o objetivo não é interferir na forma de elaboração das provas de vestibular, posto que elas são elaboradas para uma maioria de candidatos que, como já se disse, não necessitam dessas adaptações. Se as sugestões relativas à redação das provas não forem aprovadas pelas comissões, a interpretação das questões poderá ser assegurada pela "tradução" para LIBRAS pelos intérpretes, o que tem sido reivindicado por grupos de surdos e educadores. As experiências com o "Português simplificado", isto é, um Português com características próprias da escrita dos surdos não é recomendável. Uma prova escrita em Língua Portuguesa deve obedecer às regras gramaticais desta língua e seria mesmo anti-didático apresentá-la com especificidades de falantes não nativos que nada mais são do que erros.

Porém a questão da tradução das provas em LIBRAS por intérpretes não é trivial, pois demandaria uma interpretação adequada, correta e isenta de interferências idiossincráticas dos intérpretes que poderiam prejudicar o conteúdo semântico das questões e mesmo adiantar significados próprios das respostas. Para auxiliar os intérpretes em caso de não compreensão de palavras técnicas das áreas específicas, sugere-se que um bom dicionário de Português esteja ao seu alcance, na sala de realização das provas do vestibular.

Como não se pode contar, no Brasil, com intérpretes formados para atuar com a Língua Portuguesa e a LIBRAS, (enquanto esta formação não se dá), sugere-se que se forme, para este fim, uma Comissão constituída de duas pessoas surdas fluentes em LIBRAS, um especialista em Português, um lingüista especialista em LIBRAS e uma pessoa que vem atuando como intérprete em LIBRAS/Português. Esta comissão selecionaria os intérpretes dentre os muitos que vêm atuando como tal ou que possuem competência para tal tarefa, para interpretarem as provas do vestibular das diferentes universidades públicas do país que aceitem esta proposta de facilitação de acesso do surdo à Universidade. Durante a realização das provas serão necessários tantos intérpretes quantos forem os cursos escolhidos pelos candidatos surdos. Por exemplo, se houver a inscrição de sete surdos no vestibular, um para Letras, dois para Matemática e quatro para História, haveria a necessidade de três intérpretes para as provas que seriam realizadas em

conjunto e sete para as provas que seriam realizadas individualmente. Outra sugestão é que as provas fossem previamente gravadas em fita de vídeo pelos interpretes.

No que diz respeito à prova de Língua Portuguesa, sugere-se que o tema da redação seja explicitado claramente em LIBRAS, para os surdos, passando este, logo em seguida, à dissertação individual e por escrito do tema. A parte gramatical da prova seria também por escrito. Todas as questões das provas do vestibular serão lidas e interpretadas em LIBRAS, em sua íntegra.

Quanto à interpretação de texto, recomenda-se que, após a sua leitura pelos surdos, com breves comentários do intérprete quanto ao significado de algumas palavras que porventura venham a ser totalmente desconhecidas, os candidatos que desejarem terão resguardados seus direitos de interpretar o texto em LIBRAS, com tradução simultânea em Português por um intérprete, o que seria gravado em vídeo para documentação.

A avaliação da prova de redação e das respostas por escrito em Português deveria se ater essencialmente à coerência do texto, isto é, ao conteúdo semântico e não à forma e à estruturação gramatical. Isto é, a avaliação não deveria levar em consideração o uso de preposições, conjunções, conectivos e outros elementos lingüísticos de relação que não prejudiquem o significado das idéias do texto. Estas palavras "funcionais" são, geralmente, usadas inapropriadamente pelos surdos. Entretanto, as palavras de conteúdo (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios), responsáveis por grande parte do conteúdo semântico do texto, podem assegurar a coerência discursiva da redação. Da mesma forma que as palavras funcionais, a flexão das palavras de conteúdo em gênero, número e pessoa não deve ser considerada na escrita do surdo, no processo de avaliação das provas de vestibular.

Isto feito e sendo o surdo avaliado positivamente no vestibular, ele ficaria comprometido a cursar dois períodos de "Português instrumental" para não se formar sem domínio da Língua Portuguesa escrita, estando seu diploma vinculado à aprovação satisfatória nestes dois cursos.

As questões das provas de Matemática, Física, Química e Biologia também seriam respondidas em Língua Portuguesa escrita, porém, o surdo teria que contar com a presença do intérprete para elucidação do significado das questões.

Para as provas de História e de Geografia (conhecimentos gerais), no caso de respostas dissertativas, poderia haver também opção pelo surdo em respondê-las em LIBRAS, com interpretação simultânea em Português e gravação em vídeo, o que possibilitará a avaliação e a documentação da prova.

Estas sugestões, se aceitas, possibilitarão um acesso mais fácil dos surdos às Universidades, porém, não garantem seu sucesso, porque o fracasso escolar parece ser um fato que envolve tanto os problemas externos à comunidade escolar, quanto os problemas de inadequada formação de professores.

Espera-se, porém, que medidas tomadas no sentido de estimular o ingresso de pessoas surdas nas universidades possam contribuir para quebrar o "círculo vicioso" que se formou no seu processo educacional: precisa-se de surdos adultos competentes e formados para contribuir na formação de intérpretes e ensinar a língua de sinais aos professores de surdos, às crianças surdas filhas de pais ouvintes e a estes últimos. Por outro lado, necessita-se de intérpretes que possam atuar junto a surdos para que estes possam se formar e se graduar.

Com empenho daqueles que podem tomar medidas no sentido acima descrito, certamente, as mudanças ocorrerão e construirão um futuro mais promissor para as crianças surdas de hoje. O importante é que a nova geração de surdos brasileiros não passe pela estigmatização e opressão por que passaram várias gerações neste último século.

9.2. Os Surdos na Universidade

Após o ingresso dos surdos na Universidade, como oferecer a eles a oportunidade de acompanhar as diversas disciplinas do curso que frequentarão?

Os cegos, em algumas universidades, são acompanhados por leitores escolhidos dentre os alunos não cegos das universidades que obtêm bolsas de estudos para desempenhar esta função. Os leitores lêem os textos utilizados nos cursos, em voz alta, para os cegos, quando eles não se encontram convertidos em braille.

No caso dos surdos, a questão é mais complexa porque a língua meio de compreensão das aulas deve ser a LIBRAS e os professores das disciplinas, assim como os alunos não surdos, geralmente, não dominam esta língua. Mesmo que o professor soubesse usá-la, não seria possível ministrar suas aulas em LIBRAS, porque os alunos ouvintes não acompanhariam a exposição de suas aulas. Assim, a única solução para esta questão seria a presença constante, durante as aulas e outras atividades acadêmicas, de um intérprete em LIBRAS e Língua Portuguesa para cada aluno ou grupo de alunos surdos em cada disciplina. O mais racional, em termos de economia de intérprete, seria agrupar o maior número de alunos surdos em cada disciplina de forma a necessitarmos apenas de um ou, no máximo, dois intérpretes para cada grupo.

Eventualmente, os intérpretes poderiam também ingressar no mesmo curso que os surdos, o que facilitaria a sua remuneração por parte da universidade em forma de bolsa de estudo. Entretanto, o que parece mais plausível, no momento, seria a contratação por concurso específico de intérpretes para compor o quadro de funcionários da Universidade. Neste caso, recomenda-se que sejam chamados especialistas da linguagem que possam avaliar a competência dos intérpretes nas duas línguas: LIBRAS e Português.

A Capacitação Profissional do Surdo

A capacitação profissional da pessoa surda deve ser pensada a partir de uma contextualização do mundo do trabalho, da realidade político-econômico-social em que o País vive. Atualmente, o brasileiro está cercado por palavras como "globalização da economia", "desenvolvimento tecnológico", "automação", "livre iniciativa". Nesse contexto são valorizadas a produtividade, a excelência, a qualidade total e a competitividade. As pessoas, tanto ouvintes quanto as surdas precisam correr atrás disso ou melhor, correr junto a isso. O desafio é estarem em constante aprendizado a fim de serem profissionais qualificados em condições de acesso a este mundo do trabalho.

A capacitação profissional é imprescindível. Capacitar para o trabalho, porém, não se refere a um adestramento com fins de realizar uma tarefa ou uma atividade. Não é apenas repetir algo que lhe foi mostrado ou ensinado. Deve-se pensar a capacitação e qualificação como a possibilidade

de um domínio sobre o fazer, entendendo não só o que acontece, mas porque acontece e em que isto irá resultar. Capacitação deve significar possibilidade de se ter prazer no que se faz, (bem feito, com menos esforço em um curto espaço de tempo) de se poder relacionar com os demais e de, juntos, sentir que se está participando de uma construção de cultura, construção de cidadania.

Capacitação para o trabalho ou profissional inicia desde quando o ser humano começa a se relacionar com o mundo, com as outras pessoas. O sentido que as coisas e os fatos vão construindo nas mentes constituem-se em possibilidades para a futura formação.

Ao pensar este processo em relação às pessoas surdas é de fundamental importância incluir, na discussão, a questão da Língua Brasileira de Sinais e da utilização da Língua Portuguesa. Quanto mais cedo for propiciado o acesso à Língua Portuguesa e à Língua de Sinais mais efetivamente as pessoas surdas podem se comunicar com o seu meio, entendendo e se fazendo entender.

Com exceção de filhos surdos de pais surdos, a grande maioria das crianças surdas, filhas de pais ouvintes, só terão acesso a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao ingressarem em uma escola, através do contato com adultos surdos da comunidade que interagem na escola e nas relações com seus iguais e com os professores usuários desta língua. E é na escola que a grande maioria dos surdos terão acesso também à Língua Portuguesa.

Na escola é importante que lhes sejam oferecidos programas sócio-educativos que contemplem atividades de lazer, esporte, expressão artística, educação ambiental e para a saúde, iniciação ao mundo do trabalho. Com estes programas se procura desenvolver valores e atitudes que promovam a sociabilidade, a criatividade, o potencial cognitivo, estimulando a vontade de aprender e buscando o desenvolvimento da autonomia e da cidadania, pressupostos estes para a formação de um trabalho qualificado.

Gramsci (1991) define a relação da escola com a capacitação para o trabalho dizendo que a escola tem o compromisso com o trabalho de maneira não imediata, ou seja, é uma escola formativa, de cultura geral, humanista, do trabalho. Esta é uma visão de longo alcance, onde o componente trabalho está dentro de uma concepção não imediatamente profissionalizante.

A capacitação profissional da pessoa surda é um desafio para as escolas repensarem suas finalidades, seu currículo, suas formas de atuação. É um direito da comunidade surda se fazer presente nas discussões das políticas sociais. Tanto a esfera municipal, quanto a estadual e federal, devem estar atentas aos programas de capacitação profissional e de geração de renda a fim de que contemplem as necessidades das pessoas surdas. É um desafio à sociedade que vive cada vez mais uma realidade de exclusão social. Esta não é uma luta de uma pessoa ou de um grupo. É a luta de muitos e que para ser efetiva necessita articulação e mobilização.

É importante que o surdo adulto adquira a sua independência econômica e sinta-se produtivo dentro da comunidade. Para tanto sugere-se que a escola, sempre com a participação dos pais, busque parceria junto aos serviços que a comunidade dispõe, como por exemplo ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS, SESC, SESI, SENAI, SENAC, para a profissionalização dos seus filhos.

O encaminhamento para o mercado de trabalho deverá ter, inicialmente, um caráter de orientação, informando o aluno sobre a legislação, os documentos, os deveres e direitos, hábitos e atitudes frente à situação de trabalho, as opções profissionais, cargos e funções existentes e sobre as normas que regem o mundo do trabalho.

O surdo adulto ainda encontra dificuldades em ser aceito no mercado de trabalho, uma vez que suas reais potencialidades ainda não são reconhecidas pela classe empresarial por falta de informações e pelo preconceito relativo aos portadores de necessidades especiais em geral

Face a essas dificuldades, a integração dos educandos com deficiência auditiva no mercado de trabalho deverá ser uma preocupação de família, da escola e dos próprios portadores de deficiência.

A esse respeito uma profissionalização proporcional ao seu nível de escolarização pode ser considerada a meta a ser alcançada com vistas à independência do surdo, mediante seu ingresso no mercado de trabalho.

É importante que os pais tenham uma participação efetiva no processo de inclusão de seu filho no mercado de trabalho.

A escola deverá desenvolver ações que possibilitem a integração do surdo no mercado de trabalho. Essas ações envolvem a implantação de serviços de esclarecimento junto a empresas sobre as verdadeiras capacidades do portador de deficiência auditiva e serviços de apoio para conscientizá-lo a respeito de seus direitos e deveres trabalhistas.

Pais, apoiem seus filhos quanto à:

Profissionalização	Orientação Profissional
	<div style="border: 1px solid gray; padding: 5px; background-color: #f0f0f0;">ETF SESI SINE SESC etc.</div>

Podem ser executados Projetos de Integração da pessoa Portadora de Deficiência Auditiva no mercado de trabalho, por meio de convênios entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho e a classe empresarial da localidade, inicialmente, com base na Instrução Normativa nº 05 de 30/08/91 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social que regulamenta estágios. A partir do término do estágio, os empresários poderão contratar os surdos que demonstrarem as condições exigidas.

O receio da dificuldade de comunicação com os surdos e o constrangimento do setor empresarial não devem ser fatores impeditivos do seu ingresso no mercado de trabalho. Eles só precisam de oportunidade para mostrarem sua competência.

A escolha da profissão dos surdos, assim, como de qualquer outra pessoa, vai depender de suas aptidões, habilidades, interesses e do nível de escolarização que alcançar, deduzindo-se que quanto maior for esse nível mais facilidade terá para ingressar no mercado competitivo.

A questão da língua, se for o caso, pode ser contornada pelo desempenho na modalidade escrita do Português.

Os surdos são pessoas altamente capazes de exercer qualquer função na sociedade que não requeira exclusivamente habilidades auditivas. Seu problema lingüístico os coloca em condições mais ou menos semelhantes aos de estrangeiros.

Os surdos têm desempenhado muito bem as funções relacionadas à serviços gráficos, à digitação (na informática), a serviços bancários e administrativos, às funções docentes, entre outras. Nas funções docentes, eles têm prestado serviços como *instrutores* da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) ou das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios contratados ou nomeados.

Nessa função atuam em:

- cursos de Língua Brasileira de Sinais;
- atividades de Estimulação Precoce (para possibilitar a aquisição de LIBRAS pelas crianças surdas);
- atividades da Pré-Escola, do Ensino Fundamental, do Médio e até do Superior (para viabilizar a aquisição/aprendizado de LIBRAS pelos alunos surdos, para inclusão de conteúdos curriculares, em classes ou escolas especiais e em salas de recursos).

Muitos surdos, que conseguiram atingir os níveis mais elevados de ensino, hoje, são *professores*. Nesse caso, atuam em Programas de Estimulação Precoce, em Escolas Especiais, em Salas de Recursos para apoiarem as atividades curriculares dos alunos surdos que se encontram em processo de integração em classe comum do Ensino Regular, ministrando aulas **em e de** Língua Brasileira de Sinais e mantendo contato com professores da classe comum do Ensino Regular, por meio da Língua Portuguesa escrita como por exemplo:

Colega Marlene

Eu, Manoel, esqueci de escrever sobre minha vida profissional como professor de surdos.

Desculpo-me, vou tentar escrever outra vez.

Obrigado

Manoel Palhares